**TERMO DE REFERÊNCIA**

**PREGÃO PELETRÔNICO**

**SERVIÇOS CONTÍNUOS COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

PREGÃO Nº 13/2017

Processo Administrativo 23065.016646/2017-14

1. DO OBJETO
   1. Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de natureza continuada de Locação/Fornecimento de Mão-de-Obra, com a finalidade de atender as necessidades de manutenção predial do Campus A. C. Simões, incluindo suas unidades dispersas, e do Campus do Sertão, incluindo a Unidade Educacional Santana do Ipanema, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **ITEM** | **DESCRIÇÃO** | **VALOR MÁXIMO** |
| 1 | Campus A. C. Simões | R$ 1.915.992,96 |
| 2 | Campus do Sertão | R$ 285.000,84 |

Quadro 1 - Itens Licitados.

* 1. Os itens descritos no Quadro 1 serão compostos pelos seguintes categorias profissionais e quantitativo de postos de trabalho.

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Item 01 – Campus A. C. Simões** | | | | | | |
| **Posto de Trabalho** | | **Quantidade** | **Valor Mensal** | | **Valor Anual** | |
| ENCARREGADO | | 2 | R$ 8.669,87 | | R$ 104.038,32 | |
| SERRALHEIRO | | 2 | R$ 10.941,16 | | R$ 131.293,92 | |
| ELETRICISTA BT | | 5 | R$ 25.067,34 | | R$ 300.808,20 | |
| ELETRICISTA AT | | 4 | R$ 20.053,88 | | R$ 240.646,56 | |
| ENCANADOR | | 7 | R$ 31.083,22 | | R$ 372.998,64 | |
| PINTOR | | 5 | R$ 18.747,78 | | R$ 224.973,60 | |
| PEDREIRO | | 4 | R$ 15.067,76 | | R$ 180.813,12 | |
| CARPINTEIRO | | 3 | R$ 13.209,09 | | R$ 158.509,08 | |
| ALMOXARIFE | | 2 | R$ 6.501,88 | | R$ 78.022,56 | |
| MARCENEIRO | | 2 | R$ 10.324,07 | | R$ 123.888,96 | |
| **Valor Total do Item** | | | | | **R$ 1.915.992,96** | |
| **Item 02 – Campus Sertão** | | | | | | |
| **Posto de Trabalho** | **Quantidade** | | | **Valor Mensal** | | **Valor Anual** |
| ENCARREGADO | 1 | | | R$ 4.218,16 | | R$ 50.617,92 |
| ELETRICISTA | 1 | | | R$ 4.884,09 | | R$ 58,609,08 |
| ENCANADOR | 1 | | | R$ 4.311,09 | | R$ 51.733,08 |
| PINTOR | 1 | | | R$ 3.612,00 | | R$ 43.344,00 |
| PEDREIRO | 1 | | | R$ 3.629,39 | | R$ 43.552,68 |
| ALMOXARIFE | 1 | | | R$ 3.095,54 | | R$ 37.144,08 |
| **Valor Total do Item** | | | | | | **R$ 285.000,84** |

Quadro 2 - Composição do Item 1 e 2.

* 1. O locais de execução dos serviços, bem como a abrangência de cada item está definida a seguir:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **ITEM** | **UNIDADE** | **ENDEREÇO** |
| **1 - CAMPUS A.C. SIMÕES** | **Campus Aristóteles Calazans Simões** | Av. Lourival de Melo Mota, Km 14, Cidade Universitária, Maceió/AL – CEP: 57.072-970 |
| **Espaço Cultural Salomão de Barros Lima** | Praça Visconde de Sinimbu, 206, Centro, Maceió/AL CEP: 57.020-720 |
| **Escola Técnica de Artes - ETA** |
| **Licenciaturas de Música, Teatro e Dança** |
| **Museu de História Natural – MHN** | Pr. Afrânio Jorge, s/n, Prado, Maceió/AL – CEP: 57.010-020 |
| **Usina Ciência** | Av. Aristeu de Andrade, 452, Farol, Maceió/AL, CEP: 57.021-090 |
| **Lab. Integrados de Ciências do Mar e Naturais – LABMAR** |
| **Museu Théo Brandão – MTB** | Av. da Paz, 1490, Centro, Maceió/AL – CEP: 57.030-440 |
| **Centro de Ciências Agrárias - CECA** | BR 104 Norte, Km 85, Rio Largo/AL, CEP: 57.000-100. |
| **2 – CAMPUS SERTÃO** | **Campus Sertão** | Rodovia AL 145, Km 3, 3849, Cidade Universitária, Delmiro Gouveia/AL – CEP: 57.480-000 |
| **Unidade de Ensino de Santana do Ipanema** | Colégio Divino Mestre, R. Cel. Lucena, 197, Monumento.  R. Joao Augustinho dos Santos, 655 - Domingos Acácio.  Rua da Floresta, s/n Santana do Ipanema/AL, CEP: 57.500-970 |

Quadro 3 - Locais de execução dos Serviços.

1. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO
   1. São elementos normativos que basearam a elaboração deste processo: a Lei nº 8.666/1993, o Decreto no 2.271, de 7 de julho de 1997, a Lei Complementar n° 123/2006; a Instrução Normativa SLTI/MPOG n° 2, de 30 de Abril de 2008, inclusive suas alterações até Agosto de 2017, a Lei nº 9.632, de 07 de maio de 1998.
   2. O presente processo licitatório propõe o provimento de mão-de-obra terceirizada para atendimento das necessidades técnicas, logísticas e de controle das atividades de manutenção predial necessárias ao bom funcionamento das edificações da UFAL,
   3. Os serviços supracitados dependem em sua totalidade de mão-de-obra especializada para realizar intervenções específicas de caráter preventivo e corretivo nas edificações e áreas construídas da UFAL modo a salvaguardar o seu perfeito funcionamento, a sua conservação e a segurança dos seus usuários.
   4. Trata-se de contratação de serviços acessórios e complementares, indispensáveis ao bom funcionamento da universidade, conforme dispõe o Decreto nº 2.271/1997. Ademais, não há funcionários no quadro de pessoal da Instituição em quantidade suficiente para atendimento das demandas recebidas, além de estes funcionários estarem com idade avançada e com restrições físicas. Portanto, torna-se necessária a contratação de mão-de-obra de forma indireta, conforme preconizado pelo Decreto no 2.271, de 7 de julho de 1997, pela Instrução Normativa SLTI/MPOG n° 2, de 30 de Abril de 2008 e Lei nº 9.632, de 07 de maio de 1998.
   5. O serviço serão executados de forma continuada, nos termos do Art. 57 da Lei nº 8666/93, com prazo inicial de contrato de 12 meses, podendo ser prorrogado por igual período, até o prazo máximo de 60 meses, pois estes são essenciais ao funcionamento da universidade, e asseguram sua integridade do patrimônio imóvel, a segurança de seus funcionários, estudantes e visitantes, além da manutenção do funcionamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão. A interrupção desses serviços comprometerá a prestação do serviço público de qualidade, além de prejudicar ou até interromper o cumprimento da missão institucional.
   6. O quantitativo de postos de trabalho a serem contratados foi justificado pelos solicitantes do serviço de terceirização:
      1. Para o Item 1 – Campus A. C. Simões:
         1. Foi elaborado o levantamento dos quantitativos de demanda de serviços de manutenção, através do Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos (SIPAC).
         2. Foi elaborado o levantamento de dados relativos ao tempo de atendimento das ordens de serviço emitidas e finalizadas no período de 01/01/2017 a 23/08/2017.
         3. Serviços de iniciativa da SINFRA não são contabilizados nos relatórios do SIPAC, porém englobam uma parte considerável das atividades da Divisão de Manutenção, e tem extrema importância na manutenção da integridade do patrimônio imóvel da UFAL.
         4. No levantamento foi constatado que o tempo médio de execução é diferente para cada categoria de serviço, que todos os serviços dependem de uma avaliação previa, por parte dos colaboradores envolvidos, para posterior solicitação de material necessários para sua execução, mobilização de equipamento e deslocamento até o local de execução do serviço.
         5. Através dos dados obtidos nos levantamentos realizados, o número de postos de trabalho foi calculado com base na demanda estimada de serviços a serem realizados e no tempo de execução médio para cada serviço. Segue abaixo o quadro resumo desse dimensionamento:

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Funções** | **Nº de O.S. atendidas** | **Nº de O.S. não atendidas** | **Nº de O.S. via processo** | **Tempo médio de execução (h)** | **Nº de postos** |
| \*Encarregado | Dimensionado em conformidade com a IN 02/2008 (1 encarregado para cada 20 postos de trabalho) | | | | 2 |
| Serralheiro | 410 | 103 | 123 | 3,5 | 2 |
| Eletricista Baixa Tensão | 684 | 286 | 205,2 | 4,5 | 5 |
| Eletricista Alta Tensão | 400 | 98 | 120 | 6 | 4 |
| Encanador | 410 | 103 | 123 | 11 | 7 |
| Pintor | 198 | 24 | 59,4 | 18 | 5 |
| Pedreiro | 325 | 65 | 97,5 | 8 | 4 |
| Carpinteiro | 242 | 36 | 72,6 | 8 | 3 |
| Marceneiro | 238 | 35 | 71,4 | 5 | 2 |
| Almoxarife | 2907 | 5169 | 872,1 | 0,2 | 2 |

Quadro 4 - Demonstrativo de demanda do Campus a. C. Simões.

* + - 1. O Anexo I deste termo de referência traz o detalhamento dos dados utilizados para o dimensionamento do Item I – Campus A. C. Simões, bem como a justificativa encaminhada pelo setor responsável.
    1. Para o Item 2 - Campus Sertão:
       1. O dimensionamento dos postos de trabalho foi justificada pelo setor competente do Campus Sertão com a apresentação de requisições formais de serviço da comunidade acadêmica daquele Campus que abrangem as atribuições das categorias profissionais a serem contratadas.
       2. O Anexo II deste termo de referência traz o detalhamento das requisições que embasaram o dimensionamento do Item II – Campus Sertão, bem como a justificativa encaminhada pelo setor responsável.
  1. O Pregão Eletrônico será adotado como modalidade de licitação para a presente contratação, em conformidade com classificação dos serviços, realizada no item 3 deste termo de referência, e com o Decreto nº 5450/05:

*Art. 1º A modalidade de licitação pregão, na forma eletrônica, de acordo com o disposto no § 1o do art. 2o da Lei no 10.520, de 17 de julho de 2002, destina-se à aquisição de bens e serviços comuns, no âmbito da União, e submete-se ao regulamento estabelecido neste Decreto.*

*Art. 2º O pregão, na forma eletrônica, como modalidade de licitação do tipo menor preço, realizar-se-á quando a disputa pelo fornecimento de bens ou serviços comuns for feita à distância em sessão pública, por meio de sistema que promova a comunicação pela internet.*

*[...]*

*Art. 4º Nas licitações para aquisição de bens e serviços comuns será obrigatória a modalidade pregão, sendo preferencial a utilização da sua forma eletrônica.*

*§ 1o O pregão deve ser utilizado na forma eletrônica, salvo nos casos de comprovada inviabilidade, a ser justificada pela autoridade competente.*

* 1. No que concerne à exigência de qualificação técnica, Administração Pública deve aferir a capacidade técnica e profissional dos licitantes, dando garantia ao fiel cumprimento do futuro contrato. A exigência de qualificação para a presente contratação é embasada na Instrução Normativa 02/2008 e guarda pertinência e compatibilidade com o objeto da licitação:

*§ 5º Na contratação de serviços continuados, a Administração Pública poderá exigir do licitante: (Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)*

*I - comprovação de que tenha executado serviços de terceirização compatíveis em quantidade com o objeto licitado por período não inferior a 3 (três) anos; e (Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)*

*II - declaração de que o licitante instalará escritório em local (cidade/município) previamente definido pela Administração, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contado a partir da vigência do contrato. (Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)*

*[...]*

*§ 8º  Quando o número de postos de trabalho a ser contratado for igual ou inferior a 40 (quarenta), o licitante deverá comprovar que tenha executado contrato(s) com um mínimo de 20 (vinte) postos. (Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013 e retificado conforme redação publicada na página 86 da Seção 1 do DOU nº 68, de 9 de abril de 2014)*

* 1. Os serviços a serem executados serão devidamente fiscalizados por representante da Universidade Federal de Alagoas, indicado por sua Autoridade Superior.
  2. A fiscalização será exercida no interesse da CONTRATANTE, não excluindo nem reduzindo a responsabilidade da(o) CONTRATADA(O), inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implicando em corresponsabilidade do poder público ou de seus agentes e prepostos.

1. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS
   1. O objeto de contratação do presente termo tem natureza de serviço comum, nos termos do parágrafo único, do art. 1°, da Lei 10.520/2002.
   2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto n° 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.
   3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.
2. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS
   1. Os serviços serão executados a partir do fornecimento de mão de obra especializada conforme discriminado abaixo:
      1. **Encarregado:**

Requisitos: nível médio de escolaridade, bom conhecimento de obras, acrescido de experiência comprovada.

Atribuições:

* Executar atividades técnico-profissionais afetas à sua área de especialidade;
* Orientar a operação adequada das máquinas, equipamentos e instrumentos específicos;
* Elaborar e acompanhar as escalas;
* Coordenar a manutenção preventiva e corretiva nos equipamentos e no bens imóveis;
* Executar outras tarefas que se incluam, por similaridade, no mesmo campo de atuação, e ocasionalmente de maior ou menor complexidade, a critério da instituição.
  + 1. **Serralheiro:**

Requisitos: bom conhecimento de serralharia, acrescido de experiência comprovada ou curso realizado em instituição reconhecida.

Atribuições:

* Executar atividades técnico-profissionais afetas à sua área de especialidade;
* Realizar soldas em chapas de aço, metalon, e outros metais;
* Realizar consertos em peças estruturais de aço;
* Fazer manutenção em portões, grades e gradeados de aço ou metal;

Realizar outras atribuições pertinentes ao cargo e conforme orientação do fiscal do contrato.

* + 1. **Eletricista - Baixa Tensão:**

Requisitos: bom conhecimento de circuitos elétricos de baixa tensão, acrescido de experiência comprovada ou curso de eletricista de baixa tensão realizado por instituição reconhecida e curso básico de NR10.

Atribuições:

* Executar atividades técnico-profissionais afetas à sua área de especialidade;
* Instalar equipamentos de baixa tensão;
* Instalar circuitos elétricos de baixa tensão;
* Realizar a manutenção dos sistemas elétricos de baixa tensão;
* Instalar lâmpadas, reatores, disjuntores, quadros elétricos e afins;
* Realizar outras atribuições pertinentes ao cargo e conforme orientação do fiscal do contrato.
  + 1. **Eletricista - Alta Tensão:**

Requisitos: bom conhecimento de circuitos elétricos de alta tensão, acrescido de experiência comprovada ou curso de eletricista de alta tensão realizado por instituição reconhecida, curso NR10 e sua complementação para Sistemas Elétricos de Potência.

Atribuições:

* Executar atividades técnico-profissionais afetas à sua área de especialidade;
* Instalar equipamentos de alta tensão;
* Instalar circuitos elétricos de alta tensão;
* Realizar a manutenção dos sistemas elétricos de alta tensão, chaves, transformadores e subestações;
* Instalar lâmpadas, reatores, disjuntores, quadros elétricos e afins;
* Realizar outras atribuições pertinentes ao cargo e conforme orientação do fiscal do contrato.
  + 1. **Encanador**

Requisitos: bom conhecimento de sistemas hidrossanitários, acrescido de experiência comprovada ou curso realizado em instituição reconhecida.

Atribuições:

* Executar atividades técnico-profissionais afetas à sua área de especialidade;
* Instalar equipamentos hidrossanitários inclusive metais sanitários;
* Executar projetos hidrossanitários;
* Fazer manutenção na rede de água fria ou na rede de esgoto da instituição;
* Realizar limpeza de fossa e de caixa de gordura ou de esgoto;
* Realizar outras atribuições pertinentes ao cargo e conforme orientação do fiscal do contrato.
  + 1. **Pintor**

Requisitos: bom conhecimento de pintura, acrescido de experiência comprovada ou curso realizado em instituição reconhecida.

Atribuições:

* Executar atividades técnico-profissionais afetas à sua área de especialidade;
* Realizar pinturas em paredes, estruturas de concreto ou metal, em equipamentos, portões, grades, gradeados ou no piso;
* Realizar serviços de massa corrida ou acrílica em parede;
* Retirar mofo ou similar de paredes;
* Aplicar textura ou similar em paredes;
* Efetuar pequenos reparos e retoques de pintura e aplicação de verniz, sempre protegendo logomarcas, adesivos, alisares, pisos, móveis, utensílios e outros, contra a pintura e a sujeira decorrente do serviço que estiver sendo feito;
* Realizar outras atribuições pertinentes ao cargo e conforme orientação do fiscal do contrato.
  + 1. **Pedreiro**

Requisitos: bom conhecimento de construção, acrescido de experiência comprovada ou curso realizado em instituição reconhecida.

Atribuições:

* Construir e/ou realizar reparos em serviços de alvenaria;
* Verificar periodicamente e reparar qualquer tipo de rachadura, fissura ou rompimento nas paredes das dependências da Instituição;
* Assentar, aprumar, nivelar e alinhar alvenarias;
* Recuperar acabamentos, executar serviços de assentamento, substituição, recomposição e rejunte de louças, cerâmicas, azulejos, metais sanitários e outros, mantendo o padrão original existente;
* Efetuar reparos, execuções, cortes de pisos, alvenarias, soleiras, rodapés, acabamentos, aplicações em pedras e similares;
* Recuperar, reparar e repor telhas, rufos, calhas e outros;
* Demolir paredes e pisos para troca de instalações, tubulações elétricas e hidrossanitárias embutidas, e recuperação em geral, mantendo o padrão original do local;
* Executar, aprimorar e manter acessibilidade nas instalações da instituição, regularizando pisos e executando rampas;
* Realizar outras atribuições pertinentes ao cargo e conforme orientação do fiscal do contrato;
* Prezar pela economia de materiais, evitando perdas e desperdícios.
  + 1. **Carpinteiro**

Requisitos: bom conhecimento de carpintaria, acrescido de experiência comprovada ou curso realizado em instituição reconhecida.

Atribuições:

* Construir e/ou realizar reparos em estruturas de madeira;
* Instalar forras e portas;
* Fazer formas de madeiras para concreto ou para uso na construção civil;
* Consertar portas com defeito, incluindo problemas na fechadura ou similar;
* Realizar outras atribuições pertinentes ao cargo e conforme orientação do fiscal do contrato;
* Prezar pela economia de materiais, evitando perdas e desperdícios.
  + 1. **Marceneiro**

Requisitos: Bom conhecimento de marcenaria, acrescido de experiência comprovada ou curso realizado em instituição reconhecida.

Atribuições:

* Construir e/ou realizar reparos em moveis de madeira;
* Construir e/ou realizar reparos em quadro branco ou negro;
* Realizar acabamentos em estruturas de madeira;
* Aplicar vidro em móveis, portas e janelas;
* Realizar outras atribuições pertinentes ao cargo e conforme orientação do fiscal do contrato.
  + 1. **Almoxarife**

Requisitos: Ensino Médio Completo. Conhecimento comprovado em controle de estoque e cadeia de suprimentos, experiência comprovada ou curso realizado em instituição reconhecida, habilidade no manejo de computadores, experiência prévia com sistemas de controle, bom conhecimento na elaboração de planilhas eletrônicas.

Atribuições:

* Manter controle de estoque de ferramentas, materiais e equipamentos;
* Manter o controle dos documentos relacionados ao controle de estoque;
* Conferência de Notas Fiscais de entrada e saída;
* Realização de inventário;
* Movimentação de volumes dentro do espaço do Almoxarifado;
* Auxílio na Carga e Descarga de Materiais;
* Realizar outras atribuições pertinentes ao cargo e conforme orientação do fiscal do contrato.

1. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA
   * 1. A contratação objetiva a prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva às áreas construídas da Universidade Federal de Alagoas localizados no Campus A.C. Simões e no Campus Sertão.
     2. A manutenção predial é executada e gerenciada, no âmbito do Campus A.C. Simões pela Superintendência de Infraestrutura e no âmbito do Campus Sertão, pela Coordenadoria de Infraestrutura.
     3. A jornada de trabalho a ser cumprida nos postos de serviço será de 44 horas semanais, em turnos e horários a serem estabelecidos pelo CONTRATANTE.
     4. Os horários de funcionamento dos postos, poderão ser alterados de acordo com a conveniência administrativa do CONTRATANTE, independente de termo aditivo ao contrato, desde que não ocorra acréscimo na carga horária contratada.
     5. Os horários de prestação de serviço à instituição ocorrem, prioritariamente, nos turno matutino e vespertino, podendo ocorrer no horário noturno em condições excepcionais de emergência com relação a manutenção de serviços elétricos ou hidráulicos.
     6. Os salários dos profissionais, bem como os demais benefícios, não poderão ser inferiores aos estabelecidos nos instrumentos coletivos porventura vigentes.
     7. Conforme Convenção Coletiva da Categoria Profissional AL 000012/2016-MTE, adotada no edital deste certame e explicitada no item 7.2.2., haverá pagamento de deslocamento nos valores de R$ 50,00 e de R$ 100,00 (pernoite), quando da necessidade de deslocamento dos trabalhadores da sede dos Campi para quaisquer de suas unidades educacionais, exceto para aquelas situadas em cidades da região metropolitana de Maceió, instituída pela Lei Complementar nº 18/1998.
     8. Como parte da previsão da despesa com deslocamentos, o licitante deverá em sua proposta prever o pagamento de 02 (dois) deslocamentos no valor de R$ 100,00 por mês para cada posto de trabalho, a serem pagos somente quando ordenados pela fiscalização através de solicitação formal.
     9. Para repasse dos custos de deslocamento, a futura CONTRATADA deverá emitir nota fiscal específica, que deverá conter, em sua documentação auxiliar, os comprovantes de pagamento ao funcionário das diárias ordenadas pela fiscalização.
     10. Em caso de não ordenamento dos deslocamentos em um mês, este poderá ser acumulado para os próximos meses, até que seu ordenamento seja efetuado.
     11. No 12º mês de contrato, o saldo de deslocamentos não ordenados será extinto, e, em nenhum momento, será caracterizado como parcela devida à CONTRATADA.
     12. A CONTRATADA deverá fornecer os equipamentos, ferramentas e utensílios necessários para a perfeita execução dos serviços de manutenção do Campus, suas unidades e demais atividades correlatas de acordo com regulação específica deste instrumento.
     13. A CONTRATADA deverá disponibilizar Equipamentos de Proteção Individual que se fizerem necessários para a perfeita execução do serviço com preservação da saúde e segurança dos trabalhadores, segundo normas de higiene e segurança do trabalho expedidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, independentemente da previsão de pagamentos destes pela CONTRATANTE.
     14. Todos os equipamentos, ferramentas e utensílios que sejam propriedades da CONTRATADA deverão ser identificados, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da CONTRATANTE.
     15. Os equipamentos e utensílios necessários à execução dos serviços deverão ser mantidos em perfeitas condições de uso, sendo os danificados ou sem condições de uso substituídos imediatamente.
2. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.
   1. A UFAL exercerá supervisão e acompanhamento para a comprovação da qualidade dos serviços prestados através de um fiscal indicado pela CONTRATANTE, ao qual caberá avaliar a aceitação dos serviços.
   2. Dentre as diversas funções de acompanhamento e supervisão a serem exercidas, pode-se destacar:
      1. Verificação da assiduidade dos funcionários da CONTRATADA, devendo a CONTRATADA suprir diariamente o quantitativo de postos contratados;
      2. Verificação da quantidade dos materiais utilizados e sua correta aplicação;
      3. Realização de reuniões para planejamento, organização e avaliação da prestação dos serviços;
      4. Proposição de modificação na sistemática de prestação dos serviços, dentre outras.
3. UNIFORMES
   1. Os uniformes a serem fornecidos pela Contratada a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:
   2. O uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Composição do uniforme para: serralheiro, eletricista, encanador, pintor, pedreiro, carpinteiro, almoxarife, marceneiro e mecânico de refrigeração** | | |
| PEÇA | Parâmetros mìnimos | Quantidade |
| Camisa Pólo Manga Curta. | Cor Padrão da empresa, contendo a logomarca da empresa e Brasão da UFAL | 02 unid. |
| Calça comprida em brim. | Cor Padrão da empresa, contendo a logomarca da empresa e Brasão da UFAL | 02 unid. |
| Jaleco longo manga longa com 3 (três) bolsos em tecido pesado (BRIM) | Cor Padrão da empresa, contendo a logomarca da empresa e Brasão da UFAL | 02 unid. |
| Camisa em algodão leve de manga curta. | Cor Padrão da empresa, contendo a logomarca da empresa e Brasão da UFAL | 02 unid. |
| Calçado de segurança tipo botina. | Com elástico, de uso profissional, confeccionado em couro ou vaqueta curtida ao cromo, palmilha com tratamento anti-fungo, sobre palmilha com tratamento antimicrobiana, microperfurada e lavável, solado em borracha vulcanizada. Sem biqueira de aço no caso dos eletricistas e com biqueira no caso dos demais. | 02 pares |

Quadro 5 - Composição de uniformes gerais.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Composição do uniforme para: Encarregado** | | |
| Peça | Parâmetros mínimos | Quantidade |
| Calça Jeans Azul ou Preta | Contendo a logomarca da empresa e Brasão da UFAL | 2 unid. |
| Camisa Social | Cor Padrão da empresa, contendo a logomarca da empresa e Brasão da UFAL | 4 unid. |
| Calçado de segurança tipo botina | Com elástico, de uso profissional, confeccionado em couro ou vaqueta curtida ao cromo, palmilha com tratamento anti-fungo, sobre palmilha com tratamento antimicrobiana, - | 2 pares |

Quadro 6 - Composição de uniformes de Encarregado.

* 1. O fornecimento dos uniformes deverá ser efetivado da seguinte forma:
     1. 02 conjuntos completos ao empregado no início da execução do contrato, devendo ser substituído 01 (um) conjunto completo de uniforme a cada 06 (seis) meses, ou a qualquer época, no prazo máximo de 48 horas, após comunicação escrita da Contratante, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação;
     2. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;
  2. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

1. EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL
   1. A CONTRATADA deverá prover a seus funcionários os equipamentos de proteção individual necessários à execução das atividades inerentes ao posto de trabalho, nas seguintes condições básicas:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL POR POSTO DE TRABALHO** | | |
| **Item** | **Descrição** | **Quantidade** |
| **1. ENCARREGADO** | | |
| 1.1 | CAPA DE CHUVA AMARELA COM CAPUZ E MANGA LONGA, CONFECCIONADA EM PVC KP400 | 3 |
| 1.2 | CAPACETE CLASSE B TIPO II COM JUGULAR, COM ADESIVO DE IDENTIFICAÇÃO DO FUNCIONÁRIO VISÍVEL NA ÁREA EXTERNA DO CASCO COM AS INFORMAÇÕES: NOME COMPLETO, FUNÇÃO E TIPO SANGUÍNEO. | 1 |
| 1.3 | ABAFADOR DE RUÍDO TIPO CONCHA PARA SLOT DE CAPACETE, ABAFAMENTO MÍNIMO DE 20Db (PAR) | 1 |
| 1.4 | ÓCULOS DE SEGURANÇA COM PROTEÇÃO UVA E UVB, FILTRO UV COM EFICIENCIA MÍNIMA DE 90%, TRATAMENTO ANTI-RISCO. | 2 |
| 1.5 | LUVA TRICOTADA PIGMENTADA EM NYLON COM PUNHO EM ELÁSTICO (PAR) | 6 |
| **2. SERRALHEIRO** | | |
| 2.1 | CAPA DE CHUVA AMARELA COM CAPUZ E MANGA LONGA, CONFECCIONADA EM PVC KP400 | 3 |
| 2.2 | LUVA TRICOTADA PIGMENTADA EM NYLON COM PUNHO EM ELÁSTICO (PAR) | 12 |
| 2.3 | MASCARA DE PROTEÇÃO FACIAL E VISUAL PARA SOLDADOR, PROTEÇÃO UV, INFRAVERMELHO E ARCO ELÉTRICO, COM LENTES RETANGULARES, CARNEIRA COM CATRACA | 1 |
| 2.4 | LENTE DE REPOSIÇÃO PARA MASCARA DE SOLDADOR, COMPATÍVEL COM A MASCARA FORNECIDA | 2 |
| 2.5 | ÓCULOS DE SEGURANÇA PARA SOLDADOR | 2 |
| 2.6 | PROTETOR FACIAL EM POILICARBONATO RÍGIDO DE ALTA RESISTÊNCIA, PARA PROTEÇÃO MECÂNICA CONTRA PARTÍCULAS VOLANTES MULTIDIRECIONAIS | 1 |
| 2.7 | RESPIRADOR SEMIFACIAL REUTILIZÁVEL TIPO MÁSCARA COM RETENTOR PARA FILTRO | 1 |
| 2.8 | FILTRO MECÂNICO COMPATÍVEL COM RESPIRADOR E RETENTOR FORNECIDO | 6 |
| 2.9 | CAPACETE CLASSE B TIPO II COM JUGULAR, COM ADESIVO DE IDENTIFICAÇÃO DO FUNCIONÁRIO VISÍVEL NA ÁREA EXTERNA DO CASCO COM AS INFORMAÇÕES: NOME COMPLETO, FUNÇÃO E TIPO SANGUÍNEO. | 1 |
| 2.10 | AVENTAL DE RASPA DE COURO | 2 |
| 2.11 | MANGOTE DE RASPA DE COURO | 2 |
| 2.12 | ABAFADOR DE RUÍDO TIPO CONCHA PARA SLOT DE CAPACETE, ABAFAMENTO MÍNIMO DE 20dB | 1 |
| **3. ELETRICISTA BAIXA TENSÃO** | | |
| 3.1 | CAPA DE CHUVA AMARELA COM CAPUZ E MANGA LONGA, CONFECCIONADA EM PVC KP400 | 3 |
| 3.2 | LUVA TRICOTADA PIGMENTADA EM NYLON COM PUNHO EM ELÁSTICO (PAR) | 12 |
| 3.3 | VESTIMENTA ATPV CLASSE DE RISCO 2 II COMPOSTA POR JAQUETA E CALÇA, COM FAIXAS REFLEXIVAS, LOGOMARCA DA EMPRESA E BRASÃO DA UFAL. | 1 |
| 3.4 | LUVA ISOLANTE DE BORRACHA CLASSE 00 2.5kV | 1 |
| 3.5 | LUVA DE COBERTURA PARA PROTEÇÃO DE LUVA ISOLANTE COM PUNHO E AJUSTE | 1 |
| 3.6 | ÓCULOS DE SEGURANÇA PARA ELETRICISTA COM PROTEÇÃO UVA E UVB, FILTRO UV COM EFICIENCIA MÍNIMA DE 90%, TRATAMENTO ANTI-RISCO. | 2 |
| 3.7 | CINTURÃO PARAQUEDISTA PARA ELETRICISTA, COM 4 PONTOS DE ANCORAGEM ATRAVÉS DE ARGOLAS METÁLICAS, CAPACIDADE 150kG, NBR 15835:2010, NBR 15836:2010, COM TRAVA-QUEDAS | 1 |
| 3.8 | TALABARTE Y EM CORDA POLYESTER 14MM, COMPRIMENTO 1.3M , COM 2 GANCHOS CLASSE A DE ENGATE COM ABERTURA DE 55MM E 1 GANCHO CLASSE T 17MM, DUPLA TRAVA DE SEGURANÇA AUTOMÁTICA. | 1 |
| 3.9 | CAPACETE CLASSE B TIPO II COM JUGULAR, COM ADESIVO DE IDENTIFICAÇÃO DO FUNCIONÁRIO VISÍVEL NA ÁREA EXTERNA DO CASCO COM AS INFORMAÇÕES: NOME COMPLETO, FUNÇÃO E TIPO SANGUÍNEO. | 1 |
| 3.10 | ABAFADOR DE RUÍDO TIPO CONCHA PARA SLOT DE CAPACETE, ABAFAMENTO MÍNIMO DE 20dB | 1 |
| **4. ELETRICISTA ALTA TENSÃO** | | |
| 4.1 | CAPA DE CHUVA AMARELA COM CAPUZ E MANGA LONGA, CONFECCIONADA EM PVC KP400 | 3 |
| 4.2 | LUVA TRICOTADA PIGMENTADA EM NYLON COM PUNHO EM ELÁSTICO (PAR) | 12 |
| 4.3 | VESTIMENTA ATPV CLASSE DE RISCO 2 II COMPOSTA POR JAQUETA E CALÇA, COM FAIXAS REFLEXIVAS | 1 |
| 4.4 | LUVA ISOLANTE DE BORRACHA CLASSE 02 20kV | 1 |
| 4.5 | LUVA DE COBERTURA PARA PROTEÇÃO DE LUVA ISOLANTE COM PUNHO E AJUSTE | 1 |
| 4.6 | ÓCULOS DE SEGURANÇA PARA ELETRICISTA, COM PROTEÇÃO UVA E UVB, FILTRO UV COM EFICIENCIA MÍNIMA DE 90%, TRATAMENTO ANTI-RISCO. | 2 |
| 4.7 | CINTURÃO PARAQUEDISTA PARA ELETRICISTA, COM 4 PONTOS DE ANCORAGEM ATRAVÉS DE ARGOLAS METÁLICAS, CAPACIDADE 150kG, NBR 15835:2010, NBR 15836:2010, COM TRAVA-QUEDAS | 1 |
| 4.8 | TALABARTE Y EM CORDA POLYESTER 14MM, COMPRIMENTO 1.3M , COM 2 GANCHOS CLASSE A DE ENGATE COM ABERTURA DE 55MM E 1 GANCHO CLASSE T 17MM, DUPLA TRAVA DE SEGURANÇA AUTOMÁTICA. | 1 |
| 4.9 | CAPACETE CLASSE B TIPO II COM JUGULAR, COM ADESIVO DE IDENTIFICAÇÃO DO FUNCIONÁRIO VISÍVEL NA ÁREA EXTERNA DO CASCO COM AS INFORMAÇÕES: NOME COMPLETO, FUNÇÃO E TIPO SANGUÍNEO. | 1 |
| 4.10 | ABAFADOR DE RUÍDO TIPO CONCHA, ABAFAMENTO MÍNIMO DE 20dB | 1 |
| **5. ENCANADOR** | | |
| 5.1 | LUVA DE VAQUETA TOTAL COM PUNHO (PAR) | 3 |
| 5.2 | CAPA DE CHUVA AMARELA COM CAPUZ E MANGA LONGA, CONFECCIONADA EM PVC KP400 | 3 |
| 5.3 | LUVA TRICOTADA PIGMENTADA EM NYLON COM PUNHO EM ELÁSTICO (PAR) | 12 |
| 5.4 | BOTA DE BORRACHA CANO LONGO | 2 |
| 5.3 | LUVA EM PVC CANO LONGO REUTILIZÁVEL | 2 |
| 5.4 | CINTO DE SEGURANÇA PARAQUEDISTA, CAPACIDADE 150Kg, COM TALABARTE Y ABSORVEDOR DE ENERGIA E TRAVA-QUEDAS | 1 |
| 5.5 | PROTETOR FACIAL EM POILICARBONATO RÍGIDO DE ALTA RESISTÊNCIA, PARA PROTEÇÃO MECÂNICA CONTRA PARTÍCULAS VOLANTES MULTIDIRECIONAIS | 2 |
| 5.6 | ÓCULOS DE SEGURANÇA COM PROTEÇÃO UVA E UVB, FILTRO UV COM EFICIENCIA MÍNIMA DE 90%, TRATAMENTO ANTI-RISCO. | 2 |
| 5.7 | RESPIRADOR SEMIFACIAL REUTILIZÁVEL TIPO MÁSCARA COM RETENTOR PARA FILTRO | 1 |
| 5.8 | FILTRO MECÂNICO COMPATÍVEL COM RESPIRADOR E RETENTOR FORNECIDO (PAR) | 6 |
| 5.9 | CARTUCHO QUÍMICO COMPATÍVEL COM RESPIRADOR E RETENTOR FORNECIDO (PAR) | 2 |
| 5.10 | CAPACETE CLASSE B TIPO II COM JUGULAR, COM ADESIVO DE IDENTIFICAÇÃO DO FUNCIONÁRIO VISÍVEL NA ÁREA EXTERNA DO CASCO COM AS INFORMAÇÕES: NOME COMPLETO, FUNÇÃO E TIPO SANGUÍNEO. | 1 |
| 5.11 | MACACÃO PARA SANEAMENTO COM BTOAS E LUVAS SELADAS, CONFECCIONADO EM PVC KP400, COR AMARELA, REUTILIZÁVEL | 2 |
| 5.12 | ABAFADOR DE RUÍDO TIPO CONCHA PARA SLOT DE CAPACETE, ABAFAMENTO MÍNIMO DE 20dB | 1 |
| **6. PINTOR** | | |
| 6.1 | CAPA DE CHUVA AMARELA COM CAPUZ E MANGA LONGA, CONFECCIONADA EM PVC KP400 | 3 |
| 6.2 | LUVA TRICOTADA PIGMENTADA EM NYLON COM PUNHO EM ELÁSTICO (PAR) | 12 |
| 6.3 | LUVA EM PVC CANO LONGO REUTILIZÁVEL | 2 |
| 6.4 | ÓCULOS DE SEGURANÇA COM PROTEÇÃO UVA E UVB, FILTRO UV COM EFICIENCIA MÍNIMA DE 90%, TRATAMENTO ANTI-RISCO. | 2 |
| 6.5 | CINTO DE SEGURANÇA PARAQUEDISTA, CAPACIDADE 150Kg, COM TALABARTE ABSORVEDOR DE ENERGIA E TRAVA-QUEDAS | 1 |
| 6.6 | CAPACETE CLASSE B TIPO II COM JUGULAR, COM ADESIVO DE IDENTIFICAÇÃO DO FUNCIONÁRIO VISÍVEL NA ÁREA EXTERNA DO CASCO COM AS INFORMAÇÕES: NOME COMPLETO, FUNÇÃO E TIPO SANGUÍNEO. | 1 |
| 6.7 | ABAFADOR DE RUÍDO TIPO CONCHA PARA SLOT DE CAPACETE, ABAFAMENTO MÍNIMO DE 20Db (PAR) | 1 |
| 6.8 | RESPIRADOR SEMIFACIAL REUTILIZÁVEL TIPO MÁSCARACOM 2 FILTROS. ACOMPANHA 2 RETENTORES PARA FILTRO | 1 |
| 6.9 | FILTRO MECÂNICO COMPATÍVEL COM RESPIRADOR E RETENTOR FORNECIDO (PAR) | 6 |
| 6.10 | CARTUCHO QUÍMICO COMPATÍVEL COM RESPIRADOR E RETENTOR FORNECIDO (PAR) | 2 |
| **7. PEDREIRO** | | |
| 7.1 | CAPA DE CHUVA AMARELA COM CAPUZ E MANGA LONGA, CONFECCIONADA EM PVC KP400 | 2 |
| 7.2 | LUVA DE VAQUETA TOTAL COM PUNHO (PAR) | 12 |
| 7.3 | LUVA EM PVC CANO LONGO REUTILIZÁVEL | 2 |
| 7.4 | ÓCULOS DE SEGURANÇA COM PROTEÇÃO UVA E UVB, FILTRO UV COM EFICIENCIA MÍNIMA DE 90%, TRATAMENTO ANTI-RISCO. | 2 |
| 7.5 | CINTO DE SEGURANÇA PARAQUEDISTA, CAPACIDADE 150Kg, COM TALABARTE ABSORVEDOR DE ENERGIA E TRAVA-QUEDAS | 1 |
| 7.6 | RESPIRADOR SEMIFACIAL REUTILIZÁVEL TIPO MÁSCARA COM 2 FILTROS. ACOMPANHA 2 RETENTORES PARA FILTRO | 1 |
| 7.7 | FILTRO MECÂNICO COMPATÍVEL COM RESPIRADOR E RETENTOR FORNECIDO (PAR) | 6 |
| 7.8 | CAPACETE CLASSE B TIPO II COM JUGULAR, COM ADESIVO DE IDENTIFICAÇÃO DO FUNCIONÁRIO VISÍVEL NA ÁREA EXTERNA DO CASCO COM AS INFORMAÇÕES: NOME COMPLETO, FUNÇÃO E TIPO SANGUÍNEO. | 1 |
| 7.9 | ABAFADOR DE RUÍDO TIPO CONCHA PARA SLOT DE CAPACETE, ABAFAMENTO MÍNIMO DE 20Db (PAR) | 1 |
| 7.10 | LUVA TRICOTADA PIGMENTADA EM NYLON COM PUNHO EM ELÁSTICO (PAR) | 6 |
| **8. CARPINTEIRO** | | |
| 8.1 | CAPA DE CHUVA AMARELA COM CAPUZ E MANGA LONGA, CONFECCIONADA EM PVC KP400 | 3 |
| 8.2 | LUVA TRICOTADA PIGMENTADA EM NYLON COM PUNHO EM ELÁSTICO (PAR) | 12 |
| 8.3 | PROTETOR FACIAL EM POILICARBONATO RÍGIDO DE ALTA RESISTÊNCIA, PARA PROTEÇÃO MECÂNICA CONTRA PARTÍCULAS VOLANTES MULTIDIRECIONAIS | 1 |
| 8.4 | ÓCULOS DE SEGURANÇA COM PROTEÇÃO UVA E UVB, FILTRO UV COM EFICIENCIA MÍNIMA DE 90%, TRATAMENTO ANTI-RISCO. | 2 |
| 8.5 | CINTO DE SEGURANÇA PARAQUEDISTA, CAPACIDADE 150Kg, COM TALABARTE ABSORVEDOR DE ENERGIA E TRAVA-QUEDAS | 1 |
| 8.6 | CAPACETE CLASSE B TIPO II COM JUGULAR, COM ADESIVO DE IDENTIFICAÇÃO DO FUNCIONÁRIO VISÍVEL NA ÁREA EXTERNA DO CASCO COM AS INFORMAÇÕES: NOME COMPLETO, FUNÇÃO E TIPO SANGUÍNEO. | 1 |
| 8.7 | AVENTAL DE RASPA DE COURO | 1 |
| 8.8 | LUVAS DE RASPA DE COURO | 1 |
| 8.9 | RESPIRADOR SEMIFACIAL REUTILIZÁVEL TIPO MÁSCARA COM 2 FILTROS. ACOMPANHA 2 RETENTORES PARA FILTRO | 1 |
| 8.10 | FILTRO MECÂNICO COMPATÍVEL COM RESPIRADOR E RETENTOR FORNECIDO (PAR) | 6 |
| 8.11 | CARTUCHO QUÍMICO COMPATÍVEL COM RESPIRADOR E RETENTOR FORNECIDO (PAR) | 2 |
| 8.12 | ABAFADOR DE RUÍDO TIPO CONCHA PARA SLOT DE CAPACETE, ABAFAMENTO MÍNIMO DE 20Db (PAR) | 1 |
| **9. ALMOXARIFE** | | |
| 9.1 | CAPA DE CHUVA AMARELA COM CAPUZ E MANGA LONGA, CONFECCIONADA EM PVC KP400 | 3 |
| 9.2 | CAPACETE CLASSE B TIPO II COM JUGULAR, COM ADESIVO DE IDENTIFICAÇÃO DO FUNCIONÁRIO VISÍVEL NA ÁREA EXTERNA DO CASCO COM AS INFORMAÇÕES: NOME COMPLETO, FUNÇÃO E TIPO SANGUÍNEO. | 1 |
| 9.3 | ABAFADOR DE RUÍDO TIPO CONCHA PARA SLOT DE CAPACETE, ABAFAMENTO MÍNIMO DE 20Db (PAR) | 1 |
| 9.4 | ÓCULOS DE SEGURANÇA COM PROTEÇÃO UVA E UVB, FILTRO UV COM EFICIENCIA MÍNIMA DE 90%, TRATAMENTO ANTI-RISCO. | 2 |
| 9.4 | LUVA TRICOTADA PIGMENTADA EM NYLON COM PUNHO EM ELÁSTICO (PAR) | 12 |
| **10. MARCENEIRO** | | |
| 10.1 | CAPA DE CHUVA AMARELA COM CAPUZ E MANGA LONGA, CONFECCIONADA EM PVC KP400 | 3 |
| 10.2 | LUVA TRICOTADA PIGMENTADA EM NYLON COM PUNHO EM ELÁSTICO (PAR) | 12 |
| 10.3 | PROTETOR FACIAL EM POILICARBONATO RÍGIDO DE ALTA RESISTÊNCIA, PARA PROTEÇÃO MECÂNICA CONTRA PARTÍCULAS VOLANTES MULTIDIRECIONAIS | 1 |
| 10.4 | ÓCULOS DE SEGURANÇA COM PROTEÇÃO UVA E UVB, FILTRO UV COM EFICIENCIA MÍNIMA DE 90%, TRATAMENTO ANTI-RISCO. | 2 |
| 10.5 | CAPACETE CLASSE B TIPO II COM JUGULAR, COM ADESIVO DE IDENTIFICAÇÃO DO FUNCIONÁRIO VISÍVEL NA ÁREA EXTERNA DO CASCO COM AS INFORMAÇÕES: NOME COMPLETO, FUNÇÃO E TIPO SANGUÍNEO. | 1 |
| 10.6 | ABAFADOR DE RUÍDO TIPO CONCHA PARA SLOT DE CAPACETE, ABAFAMENTO MÍNIMO DE 20Db (PAR) | 1 |
| 10.6 | AVENTAL DE RASPA DE COURO | 1 |
| 10.7 | LUVAS DE RASPA DE COURO | 2 |
| 10.8 | RESPIRADOR SEMIFACIAL REUTILIZÁVEL TIPO MÁSCARA COM 2 FILTROS. ACOMPANHA 2 RETENTORES PARA FILTRO | 1 |
| 10.9 | FILTRO MECÂNICO COMPATÍVEL COM RESPIRADOR E RETENTOR FORNECIDO. (PAR) | 6 |
| 10.10 | CARTUCHO QUÍMICO COMPATÍVEL COM RESPIRADOR E RETENTOR FORNECIDO (PAR) | 2 |

Quadro 7 - Equipamentos de Proteção Individual.

* 1. Os custos mensais relativos aos Equipamentos de Proteção Individual deverão ser relativos ao valor total dos itens divididos por 12.
  2. Em caso de renovação contratual, todos os EPIs deverão ser novamente fornecidos no 13º mês, e os equipamentos usados entregues à UFAL, para o devido descarte ou reutilização.
  3. A lista acima não exime a contratada de fornecer outros EPIs comprovadamente necessários a execução dos serviços, devendo fazer o fornecimento destes sem custo adicional à CONTRATANTE.
  4. A não execução total ou parcial dos serviços por conta da falta de EPIs configura falta grave a ser punida na forma da seção específica deste termo de referência.

1. FERRAMENTAS
   1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar as ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **LISTA DE FERRAMENTAS POR POSTO DE TRABALHO** | | |
| **Item** | **Descrição** | **Quantidade por Posto** |
| **1. SERRALHEIRO** | | |
| 1.1 | Jogo de chave de fendas e tipo Philips, com07 Chaves, apresentando as seguintes medidas: | 1 |
|  |
| :: 04 Fendas Simples: |
| - 1/8 X 3- (3,5 X 75 Mm) |
| - 3/16- X 4- (5 X 100 Mm) |
| - 1/4- X 5- (6 X 125 Mm) |
| - 5/16- X 8- (8 X 200mm) |
|  |
| :: 03 Fendas Cruzada (Phillips): |
| - 3/16- X 3- (Ph1 X 75 Mm) |
| - 1/4 X 5- (Ph2 X 125 Mm) |
| - 5/16- X 8- (Ph8 X 200 Mm) |
| 1.2 | Curvador de tubo manual | 1 |
| **2. ELETRICISTA BAIXA TENSÃO E ALTA TENSÃO** | | |
| 2.1 | Jogo de chave de fendas e tipo Philips ISOLADAS | 1 |
| Composição (jogo 6 peças): |
| - 3 chaves de fenda simples 150 NR: 1/8x4”; 3/16x4”; 1/4x6” |
| - 3 chaves de fenda cruzadas 160 NR: 1/8”x2.3/8”PH0; 3/16x3”PH1; 1/4x6”PH2 |
|  |
|          Especificação técnica: |
| Chave de fenda (150 NR): |
| - Aço Vanadium. |
| - Cabo ergonômico. |
| - Largura da ponta é igual ao diâmetro da haste, possibilitando o uso em bornes (terminais) na linha elétrica e eletrônica. |
| - Chave isolada até 1000V, conforme a norma NBR 9699 (atendendo à NR10). |
| - DIN ISO 2380-2 |
| - Ponta conforme DIN ISO 2380-1, forma B |
|  |
| Chave de fenda cruzada (160 NR): |
| - Aço Gedore-Vanadium. |
| - Cabo ergonômico. |
| - Chave com lâmina redonda para parafusos com fenda cruzada “Phillips”, possibilitando o uso na linha elétrica e eletrônica. |
| - Chave isolada até 1000V, conforme a norma NBR 9699 (atendendo à NR10). |
| - DIN ISO 8764-2 |
| - Ponta conforme DIN ISO 8764-1 PH |
| 2.2 | Alicate de corte lateral (isolado para 1.000V, conforme NBR 9699 – atendendo a NR10) | 1 |
| 2.3 | Alicate de ponta fina ou “bico de pato” (isolado para 1.000V, conforme NBR 9699 – atendendo a NR10) | 1 |
| 2.4 | Alicate de eletricista | 1 |
|  |
|          Especificação Técnica: |
| Fabricado em aço cromo-vanádio |
| Arestas de corte com ajuste preciso,temperadas por indução |
| Aresta de corte longa para facilitar o corte de uma ampla gama de cabos |
| Para cortar fios e malhas de cobre sem deixar rebarbas |
| Com dispositivo para prensar terminais de bitolas até 10 mm2 sem isolação |
| Bico com ranhuras cruzadas para melhor agarre de fios e capas isolantes |
|  |
| Cabo antideslizante com abas protetoras arredondadas para maior conforto e segurança |
|  |
| 2.5 | Descascador de fios | 1 |
| 2.6 | Teste de tensão | 6 |
|  |
|          Especificação Técnica: |
| **-** Chave de fenda para testes elétricos isolada DIN VDE 0680-6 |
| - Aço especial e polímero anti-chamas. Acabamento niquelado e cromado. Para 120 - 250 V. Isolada conforme DIN VDE 0680-6. Ref. 4615 - 3,5 com clip de metal e tampa. Com perfil de encaixe para parafuso tipo fenda simples. Com certificado de isolação (05) |
| Aço -Vanadium. Cabo ergonômico. Chave com lâmina redonda para parafusos com fenda cruzada “Phillips”, possibilitando o uso na linha elétrica e eletrônica. Chave isolada até 1000V, conforme a norma NBR 9699. 1/8x3/8” 3/x8” (05) und |
|  |
| **3. ENCANADOR** | | |
| 3.1 | Chave de grifo de 3/4” a 36” | 1 |
| 3.2 | Chave inglesa (10’’, 12’’ e 15’’) | 1 |
| 3.3 | Chave fixa | 1 |
| 3.4 | Chave ajustável (ideal para tubos de até 6" e 12’’ de diâmetro). | 1 |
| 3.5 | Arco de serra | 1 |
| 3.6 | Alicate de pressão | 1 |
| **4. PEDREIRO** | | |
| 4.1 | Colher de pedreiro | 2 |
| 4.2 | Prumo | 2 |
| 4.3 | Desempoladeira | 2 |
| 4.4 | Desempenadeira lisa | 2 |
| 4.5 | Desempenadeira dentada | 2 |
| 4.6 | Trena de 5,0 m | 2 |
| 4.7 | Régua de alumínio | 1 |
| 4.8 | Esquadro | 2 |
| 4.9 | Mangueira de nível | 2 |
| 4.10 | Linha de pedreiro | 2 |
| 4.11 | Carrinho de mão | 1 |
| 4.13 | Talhadeira | 1 |
| 4.14 | Marreta de 1kg | 1 |
| 4.15 | Marreta de 3kg | 1 |
| 4.16 | Marreta de 6kg | 1 |
| 4.17 | Martelo UNHA | 1 |
| 4.18 | CHIBANCA | 1 |
| 4.19 | PICARETA | 1 |
| **5. CARPINTEIRO** | | |
| 5.1 | Esquadro | 1 |
| 5.2 | Serrote | 2 |
| 5.3 | Arco de serra | 1 |
| 5.4 | Formão | 2 |
| 5.6 | Martelo | 1 |
| 5.7 | Martelo de carpinteiro | 1 |
| **6. MARCENEIRO** | | |
| 6.1 | Esquadro | 1 |
| 6.2 | Serrote | 2 |
| 6.3 | Arco de serra | 1 |
| 6.4 | Formão | 1 |
| 6.5 | Martelo de unha | 1 |

Quadro 8 - Ferramentas por posto de trabalho.

* 1. Os custos mensais relativos às ferramentas deverão ser relativos ao valor total dos itens divididos por 12.
  2. Em caso de renovação contratual, todos as ferramentas deverão ser novamente fornecidos no 13º mês, e as ferramentas usadas entregues à UFAL, para o devido descarte ou reutilização.
  3. A lista acima não exime a contratada de fornecer outras ferramentas comprovadamente necessários a execução dos serviços, devendo fazer o fornecimento destes sem custo adicional à CONTRATANTE.
  4. A não execução total ou parcial dos serviços por conta da falta de ferramentas configura conduta passível de sanção a ser punida na forma da seção específica deste termo de referência.

1. EQUIPAMENTOS PERMANENTES
   1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar Os equipamentos necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **EQUIPAMENTOS PERMANENTES POR POSTO DE TRABALHO** | | |
| **Item** | **Descrição** | **Quantidade por Posto** |
| **1. SERRALHEIRO** | | |
| 1.1 | Furadeira de impacto | 1 |
|  |
|          Especificações técnicas: |
| Potência: 1.010W. 220V |
| Rotações por minuto |
| - Alta: 0 - 2.900 |
| - Baixa : 0 - 1.200 |
| Impactos por minuto |
| - Alta: 0 - 58.000 |
| - Baixa: 0 - 24.000 |
| Capacidades |
| Concreto: 20mm |
| Aço: 16mm |
| Madeira: 40mm |
| Dimensões(C x L x A): 362 x 220 x 70mm |
| Mandril: 13mm |
| Peso: 2.4kg |
| Emissão de vibrações: 16 m/s² |
| Incerteza K: 1.5m/s² |
|  |
| 1.2 | Lixadeira | 1 |
|          Especificações técnicas: |
| Potência: 2.200 W |
| N° de rotações (sem carga): 5.000 r.p.m. |
| Eixo: M 14 |
| Peso: 4,3 kg |
|  |
| 1.3 | Esmerilhadeira | 1 |
|          Especificações técnicas: |
| Ideal para cortes e desbastes em metais. |
| Compacta e motor de alta potência. |
| Dupla isolação. Potência 850W. 220V. |
| Diâmetro do disco: 125mm |
| Rotações por minuto: 11.000 |
| Dimensões (C x L x A) 276 x 140 x 111mm |
| Peso: 2kg |
| 1.4 | Moto esmeril | 1 |
|          Especificações Técnicas: |
| - AplicaçãoProfissional |
| - Dimensão da Embalagem (AxLxC) mm295x230x460mm |
| - Peso Bruto21,50kg |
| - Potência1 hp | 0,75kW. 220V |
| - Rebolos8x1x5/8 polegadas |
| - Tensão220V - Monofásico |
|  |
| 1.5 | Transformador de solda | 1 |
|  |
|          Especificações Técnicas: |
| Corrente máxima: 130 Ampéres, Voltagem: 220v, Tipo de Ligação: Monofásica, Frequência: 60Hz, Potência Absorvida: 2.5 KW, Posições de Ajuste: 2 Passos Fusível Principal: 12ª, Número e Voltagem de carga: 32V, Intervalo de ajuste de corrente: 63.6 A / 130 A, Grau de proteção: IP21S |
|  |
| **2. ELETRICISTA BAIXA TENSÃO E ALTA TENSÃO** | | |
| 2.1 | ALICATE AMPERÍMETRO CAT IV 600V COM FUNÇÕES DE CORRENTE, TENSÃO E CONTINUIDADE | 1 |
| **3. PEDREIRO** | | |
| 3.1 | Serra mármore | 1 |
|          Especificação Técnica: |
| Botão de segurança. |
| Cortes em ângulo. |
| Dupla isolação. |
| Potência: 1.450W - 220V |
| Capacidades |
| - 0º: 32.5mm |
| - 45º: 21.5mm |
| Diâmetro do disco: 125mm |
| Furo do disco: 20mm |
| Rotações por minuto: 12.200 |
| Dimensões(C x L x A): 238 x 214 x 169mm |
| Peso: 3kg |
|  |
| **4. CARPINTEIRO** | | |
| 4.1 | Serra circular | 1 |
|          Especificação Técnica: |
| - Potência: 1600W 220V |
| - Número de rotações sem carga: 5.200 rpm |
| - Tamanho máximo do Disco: 7 1/4" x 5/8" (184mm) |
| - Botão trava de eixo: Sim |
| - Placa Base: Aço |
| - Máxima capacidade de corte 90°: 67mm |
| - Máxima capacidade de corte 45°: 49mm |
| - Peso: 4,1kg |
| 4.2 | Serra tico-tico | 1 |
|          Especificação Técnica: |
| Potência: 450W 220v |
| Golpes por minuto: 0 - 3.100 |
| Capacidades |
| - Madeira: 65mm |
| Metal: 6mm |
| Comprimento do golpe: 18mm |
| Dimensões(C x L x A): 214 x 75 x 202mm |
| 4.3 | Furadeira | 1 |
|          Especificação técnica: |
| - modo de perfuração com impacto |
| • duas velocidades mecânicas |
| • Iluminação de trabalho com função afterglow |
| • bateria de lítio 12V |
| • Destinada à perfuração de impacto em tijolo, concreto e pedra, sendo adequada para parafusamento e perfuração sem impacto em madeira, metal, cerâmica e plástico |
| - Tensão do carregador: 110/220V (Bivolt) |
| - Capacidade de perfuração: |
| :: Aço : 10mm |
| :: Madeira: 21mm |
| :: Concreto: 8mm |
| - Impactos por minuto: |
| :: Alta: 0 - 22.500 |
| :: Baixa: 0 - 6.000 |
| - Rotações por minuto: |
| :: Alta: 0 - 1.500 |
| :: Baixa: 0 - 400 |
| - Torque máximo : J.Rígida / J.Flexível : 30/14 N.m |
| - Dimensões (C x L x A): 234 x 53 x 183 mm |
| - Bateria: 12V |
|  |
| **• Acompanha:**- 02 Baterias; - Carregador, - Maleta |
| **5. MARCENEIRO** | | |
| 5.1 | Plaina elétrica | 1 |
| 5.2 | Serra circular | 1 |
|          Especificação Técnica: |
| - Potência: 1600W 220V |
| - Número de rotações sem carga: 5.200 rpm |
| - Tamanho máximo do Disco: 7 1/4" x 5/8" (184mm) |
| - Botão trava de eixo: Sim |
| - Placa Base: Aço |
| - Máxima capacidade de corte 90°: 67mm |
| - Máxima capacidade de corte 45°: 49mm |
| - Peso: 4,1kg |
| 5.3 | Serra tico-tico | 1 |
|          Especificação Técnica: |
| Potência: 450W 220v |
| Golpes por minuto: 0 - 3.100 |
| Capacidades:- Madeira: 65mm; -Metal: 6mm |
| Comprimento do golpe: 18mm |
| Dimensões(C x L x A): 214 x 75 x 202mm |
|  |
| 5.4 | Furadeira | 1 |
|          Especificação técnica: |
| - modo de perfuração com impacto |
| • duas velocidades mecânicas |
| • Iluminação de trabalho com função afterglow |
| • bateria de lítio 12V |
| • Destinada à perfuração de impacto em tijolo, concreto e pedra, sendo adequada para parafusamento e perfuração sem impacto em madeira, metal, cerâmica e plástico |
| - Tensão do carregador: 110/220V (Bivolt) |
| - Capacidade de perfuração: |
| :: Aço : 10mm |
| :: Madeira: 21mm |
| :: Concreto: 8mm |
| - Impactos por minuto: |
| :: Alta: 0 - 22.500 |
| :: Baixa: 0 - 6.000 |
| - Rotações por minuto: |
| :: Alta: 0 - 1.500 |
| :: Baixa: 0 - 400 |
| - Torque máximo : J.Rígida / J.Flexível : 30/14 N.m |
| - Dimensões (C x L x A): 234 x 53 x 183 mm |
| - Bateria: 12V |
|  |
| **• Acompanha:**- 02 Baterias; - Carregador, - Maleta |

Quadro 9 - Equipamentos permanentes por posto de trabalho

* 1. Os equipamentos permanentes listados serão de total responsabilidade da Contratada, devendo ser devidamente identificados e, preferencialmente, conter número de patrimônio.
  2. O controle de entrega e manutenção dos equipamentos permanentes é de total responsabilidade da contratada.
  3. Os custos mensais relativos aos equipamentos permanentes deverão ser relativos à sua depreciação mensal, a ser calculada da seguinte forma:

DEPRECIAÇÃO MENSAL = CUSTO INICIAL \* 0,375%

* 1. A lista acima não exime a contratada de fornecer outros equipamentos comprovadamente necessários a execução dos serviços, devendo fazer o fornecimento destes sem custo adicional à CONTRATANTE.
  2. A não execução total ou parcial dos serviços por conta da falta de equipamentos permanentes configura conduta passível de sanção, a ser punida na forma da seção específica deste termo de referência.

1. INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS
   1. A execução dos serviços será iniciada na data de assinatura do contrato.
2. DA VISTORIA
   1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda a sexta-feira, das 08:00 horas às 12:00 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (82) 3214-1691.
   2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.
   3. Para a vistoria, o licitante, ou o seu representante, deverá estar devidamente identificado.
3. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE
   1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
   2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
   3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
   4. Não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista;
   5. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
   6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da contratada, em conformidade com o art. 36, §8º da IN SLTI/MP N. 02/2008.
   7. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
      1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
      2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
      3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
      4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
   8. fiscalizar mensalmente, por amostragem, o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, especialmente:
      1. A concessão de férias remuneradas e o pagamento do respectivo adicional, bem como de auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido;
      2. O recolhimento das contribuições previdenciárias e do FGTS dos empregados que efetivamente participem da execução dos serviços contratados, a fim de verificar qualquer irregularidade;
      3. O pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.
   9. Analisar os termos de rescisão dos contratos de trabalho do pessoal empregado na prestação dos serviços no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, após a extinção ou rescisão do contrato, nos termos do art. 34, §5º, d, I e §8º da IN SLTI/MP n. 02/2008.
4. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
   1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
   2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
   3. Manter o empregado nos horários predeterminados pela Administração;
   4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
   5. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
   6. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7° do Decreto n° 7.203, de 2010;
   7. Disponibilizar à Contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
   8. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto neste Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;
   9. As empresas contratadas que sejam regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) deverão apresentar a seguinte documentação no primeiro mês de prestação dos serviços:
      1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, salário, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
      2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada; e
      3. exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços;
      4. Os documentos acima mencionados deverão ser apresentados para cada novo empregado que se vincule à prestação do contrato administrativo. De igual modo, o desligamento de empregados no curso do contrato de prestação de serviços deve ser devidamente comunicado, com toda a documentação pertinente ao empregado dispensado, à semelhança do que se exige quando do encerramento do contrato administrativo.
   10. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada cujos empregados vinculados ao serviço sejam regidos pela CLT deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
   11. Substituir, no prazo de 2 (horas), em caso de eventual ausência, tais como, faltas, férias e licenças, o empregado posto a serviço da Contratante, devendo identificar previamente o respectivo substituto ao Fiscal do Contrato;
   12. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

12.12.1 Não serão incluídas nas planilhas de custos e formação de preços as disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

* 1. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, a contratada deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.
  2. Autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.
     1. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.
  3. Autorizar o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores da contratada, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pela contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, conforme disposto no anexo VII da Instrução Normativa SLTI/MPnº 2, de 2008, os quais somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas §1º, do art. 19-A, da referida norma.
     1. O montante dos depósitos da conta vinculada será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da licitação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:
        1. 13º (décimo terceiro) salário;
        2. Férias e um terço constitucional de férias;
        3. Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e
        4. Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário, conforme no art. 22, inciso II, da Lei no 8.212, de 1991 (Item 1.1.1 do Anexo VII da IN SLTI/MPn. 02/2008, com a redação dada pela IN n. 3, de 2014.
        5. Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo VII da IN SLTI/MP n. 2/2008.
     2. O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança *pro rata die*, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta licitação e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.
     3. Os valores referentes às provisões mencionadas neste edital que sejam retidos por meio da conta-depósito, deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.
     4. Em caso de cobrança de tarifa ou encargos bancários para operacionalização da conta-depósito, os recursos atinentes a essas despesas serão debitados dos valores depositados.
     5. A empresa contratada poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.
        1. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.
        2. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.
        3. A empresa deverá apresentar ao órgão ou entidade contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.
     6. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas, previdenciários e para com o FGTS relativos ao serviço contratado.
  4. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;
  5. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;
  6. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Administração;
  7. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
  8. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:
     1. viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;
     2. viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;
     3. oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.
  9. Deter instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação.
     1. Para a realização do objeto da licitação, a Contratada deverá entregar declaração de que instalará escritório nos municípios ou regiões metropolitanas abaixo discriminados, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contado a partir da vigência do contrato, dispondo de capacidade operacional para receber e solucionar qualquer demanda da Contratante, bem como realizar todos os procedimentos pertinentes à seleção, treinamento, admissão e demissão dos funcionários;
        1. Maceió, Alagoas.
  10. Manter preposto nos locais de prestação de serviço, aceito pela Administração, para representá-la na execução do contrato;
  11. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
  12. Fornecer, sempre que solicitados pela Contratante, os comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e do pagamento dos salários e demais benefícios trabalhistas dos empregados colocados à disposição da Contratante;
      1. A ausência da documentação pertinente ou da comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e relativas ao FGTS implicará a retenção do pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, mediante prévia comunicação, até que a situação seja regularizada, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
      2. Ultrapassado o prazo de 15 (quinze) dias, contados na comunicação mencionada no subitem anterior, sem a regularização da falta, a Administração poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
         1. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela contratante para acompanhar o pagamento das respectivas verbas.
  13. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
  14. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
  15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
  16. Não beneficiar-se da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006;
  17. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art.30, §1º, II e do art. 31, II, todos da LC 123, de 2006.
      1. Para efeito de comprovação da comunicação, a contratada deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.
  18. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
  19. Sujeitar-se à retenção da garantia prestada e dos valores das faturas correspondentes a 1 (um) mês de serviços, por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, podendo a Administração Contratante utilizá-los para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços, nos termos do art. 35, parágrafo único da Instrução Normativa SL13.31. Sujeitar-se à retenção da garantia prestada e dos valores das faturas correspondentes a 1 (um) mês de serviços, por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, podendo a Administração Contratante utilizá-los para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços, nos termos do art. 35, parágrafo único da Instrução Normativa SLTI/MPOG n. 02/2008.
  20. Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que prestarão os serviços, encaminhando elementos portadores de atestados de boa conduta e demais referências, tendo funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho.
  21. Apresentar, no ato da assinatura do contrato, a relação completa de todos os funcionários responsáveis pela execução dos serviços objeto deste Termo de Referência, com os devidos postos de trabalho.
  22. Manter seu pessoal uniformizado, identificando-os através de crachás com fotografia recente e provendo-os dos equipamentos de proteção individual – EPI's.
  23. Atender à solicitação de prestação de serviço no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a solicitação.
  24. Manter disciplina nos locais dos serviços, retirando no prazo máximo de 24(vinte e quatro) horas, após notificado, qualquer empregado considerado com conduta inconveniente pela CONTRANTE.
  25. Permitir na execução do contrato o acompanhamento e a fiscalização de servidor da UFAL designado pela Superintendência de Infraestrutura – SINFRA/UFAL da instituição, representante da administração que anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e atestará as notas/faturas de serviço, para fins de pagamento, conforme Art. 67 da Lei 8666/93.
  26. Disponibilizar, durante a vigência do contrato, para a UFAL um total mínimo de profissionais quantificado neste termo de referência mantendo sediado junto a CONTRATANTE, durante os turnos de trabalho, elementos capazes de tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos.
  27. Solicitar as rotinas de manutenção preventiva através de fax ou outro meio de comunicação, observando o plano de manutenção de áreas verdes aprovado pela SINFRA/UFAL, proposto pelo contratado e de limpeza e coleta de resíduos, conforme estabelecidoneste Termo de Referência.
  28. Prestar os serviços conforme as determinações constantes nas especificações elaboradas e disponibilizadas pela Superintendência de Infraestrutura da UFAL.
  29. Indicar, no momento da assinatura do contrato, 01 (um) preposto responsável para intermediação entre a Contratada e a Contratante, ficando este à disposição do Gabinete do Reitor, da Superintendência de Infraestrutura – SINFRA/UFAL e Departamento de Contabilidade e Finanças – DCF/UFAL, para tratar de assuntos relativos aos serviços contratados e que seja de pronto atendimento nos fins de semana, feriados e em casos excepcionais e urgentes, através de serviço móvel celular ou outro meio similar.
  30. Manter quantitativo suficiente de empregados para atender às solicitações da CONTRATANTE, a fim de que não haja interrupção dos serviços por motivo de férias, ausências, licença médica, desligamento, folga, descanso semanal, devendo, em caso de greve de transporte coletivo, fornecer meios de locomoção a seus profissionais.
  31. Responsabilizar-se objetivamente por todo e qualquer dano causado por seus empregados, direta ou indiretamente, ao patrimônio da CONTRATANTE ou a terceiros por dolo ou culpa, decorrente da execução dos serviços.
  32. Responsabilizar-se, em relação aos seus funcionários, por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços objeto deste contrato, tais como:
      1. Salários;
      2. Seguro de acidentes;
      3. Taxas, impostos e contribuições;
      4. Indenizações;
      5. Vales-transportes;
      6. Vale-refeição;
      7. Outras que porventura venham a serem criadas e exigidas pelo Governo, Convenção Coletiva, Acordo Coletivo ou Sentença Normativa.
  33. Não repassar para outros a responsabilidade do cumprimento do objeto do contrato, ficando vedada, inclusive, qualquer subcontratação, mesmo que parcialmente.
  34. A fim de reduzir o impacto ambiental, deverão ser adotadas as seguintes práticas de sustentabilidade, através da otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição, tais como:
      1. Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes;
      2. Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
      3. Racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água;
      4. Treinamento/capacitação periódicos dos empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios/poluição;
      5. Reciclagem/destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de limpeza, asseio e conservação;
      6. Utilização de lavagem com água de reuso ou outras fontes, sempre que possível (águas de chuva, poços cuja água seja certificada de não contaminação por metais pesados ou agentes bacteriológicos, minas e outros);
      7. Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, tais como pilhas e baterias dispostas para descarte que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos, aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores;
      8. O descarte dos resíduos deverá observar a legislação federal, estadual e municipal especialmente quanto à obrigatoriedade de cadastro específico junto aos órgãos competentes;
      9. Tratamento idêntico deverá ser dispensado a lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral que, quando descartados, deverão ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica.
  35. Em atendimento ao disposto no art. 6º, da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, a CONTRATADA deverá adotar as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:
      1. Use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
      2. Adote medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;
      3. Observe a Resolução CONAMA nº 20, de 07 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;
      4. Forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
      5. Realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos 03 (três) primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
      6. Realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pela CONTRATANTE, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;
      7. Respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e
      8. Preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.TI/MP n. 02/2008.

1. DA SUBCONTRATAÇÃO
   1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.
2. ALTERAÇÃO SUBJETIVA
   1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.
3. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO
   1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.
      1. A fiscalização dos contratos, no que se refere ao cumprimento das obrigações trabalhistas, deve ser realizada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.
   2. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.
   3. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo IV (Guia de Fiscalização dos Contratos de Terceirização) da Instrução Normativa SLTI/MP nº 02, de 2008.
   4. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.
   5. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 34 da Instrução Normativa SLTI/MP nº 02, de 2008, quando for o caso.
   6. O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
   7. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
   8. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
   9. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS nas contratações com dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada, exigir-se-á, dentre outras, as comprovações previstas no art. 2º, §2º, V, da Portaria MP nº 409, de 21 de dezembro de 2016 e no §5º do art. 34 da Instrução Normativa SLTI/MP nº 02, de 2008.
   10. O fiscal do contrato também poderá solicitar ao preposto que forneça os seguintes documentos: a) extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração contratante; b) cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador o órgão ou entidade contratante; c) cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários; d) comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de convenção ou acordo coletivo de trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e e) comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato;
       1. Tal solicitação será realizada periodicamente, por amostragem, isto é, abrangendo, a cada ocasião, determinado quantitativo de empregados, de modo que, ao final de 12 (doze) meses de execução contratual, todos os empregados alocados tenham sido abrangidos ao menos uma vez.
       2. Para tanto, conforme previsto neste Termo de Referência, a empresa deverá instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção de tais informações, bem como oferecer os meios necessários para que obtenham tais extratos, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.
       3. Os empregados também deverão ser orientados a realizar tais verificações periodicamente e comunicar ao fiscal do contrato qualquer irregularidade, independentemente de solicitação por parte da fiscalização.
   11. O fiscal do contrato poderá solicitar ao preposto os documentos comprobatórios da realização do pagamento de vale-transporte e auxilio alimentação em nome dos empregados, relativos ao período de execução contratual, para fins de conferência pela fiscalização.
       1. Tal solicitação será realizada periodicamente, inclusive por amostragem, isto é, abrangendo, a cada ocasião, determinado quantitativo de empregados, de modo que, ao final de 12 (doze) meses de execução contratual, todos ou a maior parte dos empregados alocados tenham sido abrangidos ao menos uma vez.
   12. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação, bem como a falta de recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto no art. 2º,§2º, III da Portaria MP nº 409, de 2016 e nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.
   13. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela Contratada, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.
   14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
   15. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços ou em razão da dispensa de empregado vinculado à execução contratual, a contratada deverá entregar no prazo de 05 dias úteis a seguinte documentação pertinente a cada trabalhador: a) termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria; b) guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais; c) extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado; e d) exames médicos demissionais dos empregados dispensados.
   16. Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações, trabalhistas, previdenciárias e para com o FTGS poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.
4. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO
   1. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
   2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.
   3. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
      1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
   4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
5. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
   1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:
      1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
      2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
      3. fraudar na execução do contrato;
      4. comportar-se de modo inidôneo;
      5. cometer fraude fiscal;
      6. não mantiver a proposta.
      7. Interromper a execução dos serviços por falta de ferramentas;
      8. Interromper a execução dos serviços por falta de equipamentos;
      9. Interromper a execução dos serviços por falta de uniformes;
      10. Empregar funcionários que não atinjam os requisitos mínimos para o posto de trabalho;
      11. Não compensar a falta de seus colaboradores mantendo o posto vago;
      12. Outras condutas já especificadas neste Termo de Referência.
   2. Comete falta grave, podendo ensejar a rescisão unilateral da avença, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e do impedimento para licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7º da Lei 10.520, de 2002, aquele que:
      1. não promover o recolhimento das contribuições sociais previdenciárias e para com o FGTS exigíveis até o momento da apresentação da fatura, após o prazo de 15 dias da solicitação da Administração;
      2. deixar de realizar pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio alimentação e demais encargos trabalhistas, após o prazo de 15 dias da solicitação da Administração, o que ensejará o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.
      3. Executar serviços sem os devidos equipamentos de proteção individual, entre outras práticas que coloquem em risco a integridade de seus colaboradores
   3. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
      1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
      2. multa moratória de 1% por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 dias;
         1. em se tratando de inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), aplicar-se-á multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento), de modo que o atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração contratante a promover a rescisão do contrato;
         2. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
      3. multa compensatória de 10% sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
         1. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
      4. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
      5. impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
      6. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
   4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:
      1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
      2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
      3. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
   5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
   6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
   7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
6. DIPOSIÇÕES FINAIS
   1. Integram este Termo de Referência para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
      1. ANEXO 01 – JUSTIFICATIVA DE QUANTITATIVOS PARA O ITEM 1;
      2. ANEXO 02 – JUSTIFICATIVA DE QUANTITATIVOS PARA O ITEM 2;

Maceió, 16 de outubro de 2017

**DILSON BATISTA FERREIRA**

**SUPERINTENDÊNTE DE INFRAESTRUTURA**

**DANIEL LUÍS GOMES ARAÚJO**

**ASSESSOR TÉCNICO – GPOS/SINFRA**

**ANEXO 1 DO TERMO DE REFERÊNCIA**

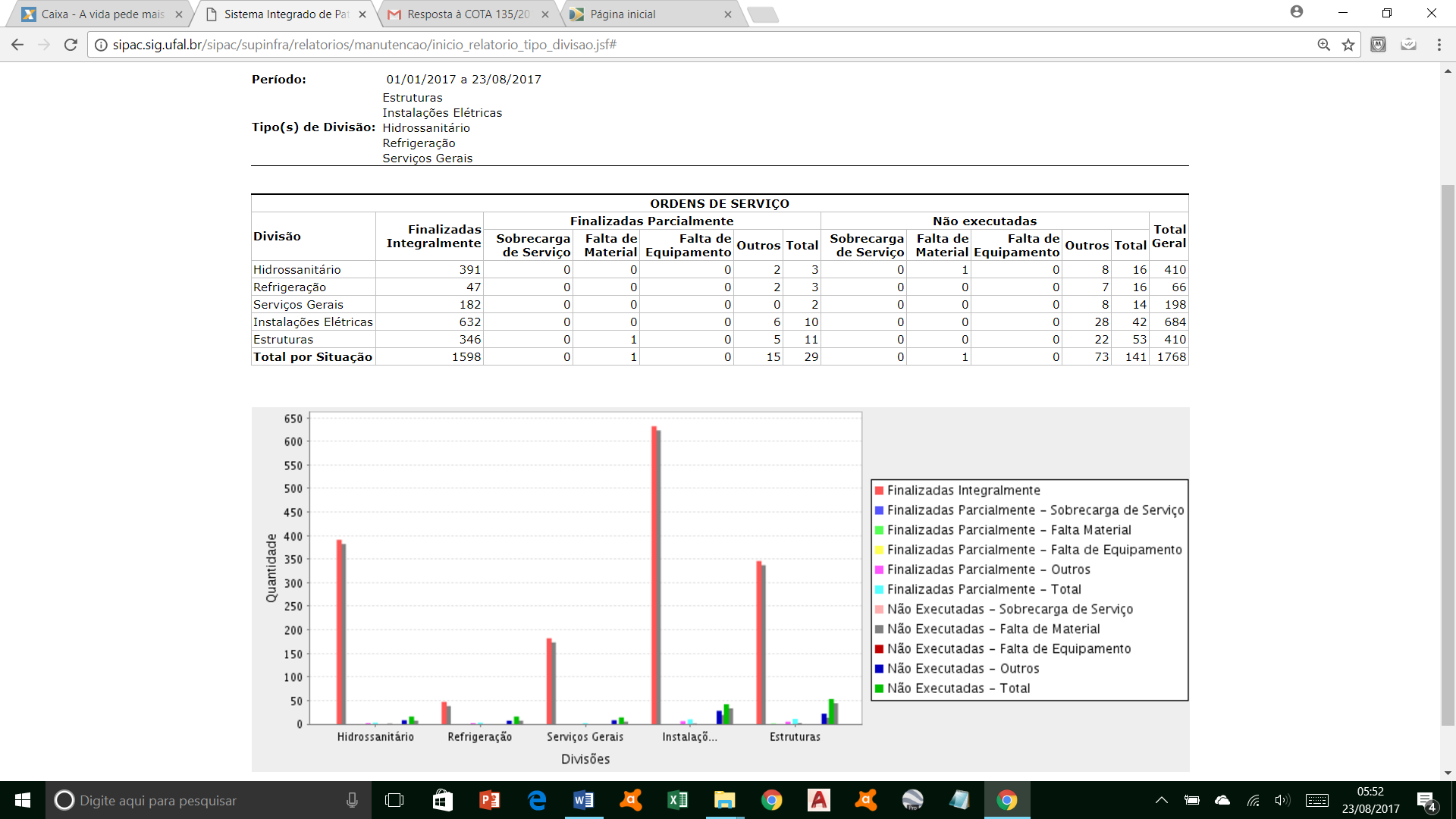
**JUSTIFICATIVA DOS QUANTITATIVOS LICITADOS PARA O ITEM 1**

**CAMPUS A.C. SIMÕES.**

Com base nos dados disponível quanto ao tempo de atendimento das ordens de serviço faz-se as seguintes considerações:

* O tempo médio de execução depende de vários fatores como o tipo de serviço: Hidrossanitário, refrigeração, serviços gerais, instalações elétricas e estruturas;
* Um serviço pode necessitar de um ou vários profissionais para sua conclusão;
* Todos os serviços dependem de uma avaliação previa, por parte dos colaboradores envolvidos, para posterior solicitação de material necessários para sua execução, mobilização de equipamento e deslocamento até o local de execução do serviço.
* Serão tomadas por base os números de ordem de serviço no período de 01/01/2017 a 23/08/2017 (Figura 1), pois, neste período tem sido implantados procedimentos no sentido de melhorar a eficácia, eficiência e produtividade na execução das ordens de serviço.
* Nos registros do Sipac não foram inseridas as grandes intervenções externas em telhados, pavimentação, limpeza de galarias de águas pluviais, e as demandas atendidas via processo, que demandam um tem muito superior àquele necessário para conclui-las e que necessitam de grandes frentes de trabalho, perfazendo um percentual de 30% do das quantidades executadas, levando 40% do tempo do total das mesmas;
* O número de solicitações é superior ao de atendimento, haja vista a falta de material ou equipamento para sua execução;
* Haverá uma ampliação no atendimento pois já foram realizadas várias adesões a atas de registro de preço e os materiais solicitados já estão chegando no almoxarifado da manutenção, ampliando a capacidade de atendimento.
* Existe um passivo de ordens de serviço não atendidas (ordem de 1635 atualizadas em 23/08/2017) devido à falta de material e equipamentos necessários para sua execução.

**Figura 1 - Registro de ordens de serviço atendidas e finalizadas no SIPAC**



Tendo por base as considerações acima e a inserção dos dados levantados em campo e que ainda não compõem a base de dados que gerou o gráfico da figura 1, chega-se aos seguintes paramentos para dimensionamento das equipes de trabalho:

**Tabela 1 – Dimensionamento dos postos de trabalho por função**

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Funções** | **Nº de O.S. atendidas** | **Nº de O.S. não atendidas** | **Nº de O.S. via processo** | **Tempo médio de execução (h)** | **Nº de postos** |
| \*Encarregado | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | 2 |
| Serralheiro | 410 | 103 | 123 | 3,5 | 2 |
| Eletricista Baixa Tensão | 684 | 286 | 205,2 | 4,5 | 5 |
| Eletricista Alta Tensão | 400 | 98 | 120 | 6 | 4 |
| Encanador | 410 | 103 | 123 | 11 | 7 |
| Pintor | 198 | 24 | 59,4 | 18 | 5 |
| Pedreiro | 325 | 65 | 97,5 | 8 | 4 |
| Carpinteiro | 242 | 36 | 72,6 | 8 | 3 |
| Marceneiro | 238 | 35 | 71,4 | 5 | 2 |
| Almoxarife | 2907 | 5169 | 872,1 | 0,2 | 2 |

\*A cada 20 postos de trabalho deve ser alocado um encarregado.

**DIOGO CARLOS HENRIQUE**

**CHEFE DA DIVISÃO DE MANUTENÇÃO PREDIAL E VIÁRIA**

**ANEXO 2 DO TERMO DE REFERÊNCIA**

**JUSTIFICATIVA DOS QUANTITATIVOS LICITADOS PARA O ITEM 2**

**CAMPUS SERTÃO**

****

****





